CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Processo CEE nº 1625/87 (reautuado em 13/11/89)

Interessada : Icila Maria Lopes Ferraz

Assunto : Renovação de autorização para que a interessada continue a lecionar a disciplina "Prótese" na FO de Barretos

Relator : Cons. Benedito Olegário R. N. de Sá.

Parecer CEE Nº 91/90 CTC "D" Aprovado em 20/12/89

Comunicado ao Pleno em 30/01/90

1. HISTÓRICO:

A Faculdade de Odontologia de Barretos solicita autorização para que Icila Maria Lopes Ferraz continue a lecionar a disciplina "Prótese" no Curso de Odontologia, para a qual foi aprovada pelo Parecer CEE Nº 211/88, até o final do ano letivo de 1989.

2. APRECIÇÃO:

Em atenção ao disposto na Conclusão do referido Parecer, que condiciona a renovação ao enriquecimento curricular na área específica da atuação docente da interessada, foi anexado certificado expedido pela Faculdade de Odontologia de Araraquara da UNESP, de que a candidata frequentou como aluna especial o Curso de Pós-Graduação em Odontologia - Área de Dentística. Restauradora, tendo sido aprovada em três disciplinas:

- 1- Princípios Básicos da Terapêutica Periodontal;
- 2- Restaurações Metálicas Diretas;
- 3- Restaurações Metálicas Fundidas.

3. CONCLUSÃO:

Nos termos da Deliberação CEE Nº 05/80, reconhece-se a qualificação de Icila Maria Lopes Ferraz para continuar lecionando, na categoria docente de Professor I, a disciplina "Prótese", na Faculdade de Odontologia de Barretos.

A contratação, de responsabilidade da FO de Barretos, tem caráter excepcional, no regime de CLT, consoante o art. 37 da Constituição Federal.

São Paulo, 13 de dezembro de 1989.

a) Cons. Benedito Olegário R.N. de Sá
Relator

4. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO TERCEIRO GRAU adota, como seu Parecer, o Voto do Relator. O Cons. João Gualberto de Carvalho Meneses foi voto vencido, nos termos de sua declaração de voto anexa.

Presentes os nobres Conselheiros: Benedito Olegário Resende Nogueira de Sá, João Gualberto de Carvalho Meneses e Eurico de Andrade Azevedo.

Sala da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, em 20/12/89.

a) Cons^o Celso de Rui Beisiegel

Presidente

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PARECER CEE Nº 91/90

DECLARAÇÃO DE VOTO

O art.37 da Constituição Federal de 05/10/88 estabelece os princípios referentes à administração pública, entre os quais, que "a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação previa em concurso público de provas ou de provas e títulos ..." (inciso II).

Os estabelecimentos de ensino superior municipais (públicos) continuam, entretanto, recrutando docentes sem a observância do dispositivo constitucional. Somos de opinião de que a Câmara do Terceiro Grau e o Conselho Estadual de Educação deveriam adotar medidas urgentes para impedir a continuidade dessas irregularidades e, para isso, propomos:

1. a sustação da apreciação de indicação de professores nos termos da Deliberação CEE nº 05/80;

2. solicitação aos estabelecimentos municipais de ensino superior para que proponham alterações em seus regimentos, adaptando-os às normas constitucionais federal e estadual, no prazo de 30 (trinta) dias;

3. que enquanto isso os citados estabelecimentos apenas contratariam docentes em casos de substituição por tempo determinado;

4. que esta declaração de voto se destine à inclusão nos votos contrário dados em processos de indicação de docentes de estabelecimentos municipais de ensino superior.

São Paulo, 29 de novembro de 1989.

a) Cons. João Gualberto de Carvalho Meneses

Autor